

**COMISSÃO DA VERDADE
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO
CASO HÉLCIO PEREIRA**

**PRESIDENTE
DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

21/08/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****21/08/2013**

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Sexagésima quinta audiência pública. 21 de agosto de 2013, auditório Teotônio Vilela, está instalada a sexagésima quinta audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, no dia 21 de agosto de 2013, na Assembleia Legislativa, no auditório Teotônio Vilela, para oitiva de depoimentos dos casos, Hércio Pereira Fortes e Frederico Eduardo Mayr. Esclarecemos que a Comissão da Verdade de São Paulo pretende realizar todas as audiências abertas ao público.

Queria dizer que além dos personagens que nós vamos retratar, que nós vamos recuperar a história, o Hércio Pereira Fortes e o Frederico Eduardo Mayr, nós temos como depoente a Darci Toshio Miyaki. A Darci tem uma enorme biografia, uma enorme trajetória. Então, além de ser testemunha desses dois casos, ela tem uma enorme história de vida que vai se entrelaçar com tudo que a gente fará aqui hoje. Eu queria agradecer a sua presença, a sua disposição de vir depor, eu sei que será um depoimento muito doloroso, muito difícil, mas eu queria sinceramente agradecer esse esforço que você está fazendo hoje para vir depor aqui na Comissão. Antes de você começar a falar com toda a liberdade, eu queria pedir para a Thais Barreto e a Vivian Mendes fazerem a leitura do memorial do Hércio Pereira Fortes e do Frederico Eduardo Mayr.

Com a palavra Vivian Mendes.

A SRA. VIVIAN MENDES – Thais Barretos. Lerei um breve resumo da biografia do Hércio Pereira Fortes, morto em 28 de janeiro de 1972. Nasceu em 24 de janeiro de 1948, em Ouro Preto, Minas Gerais, filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes. Era dirigente da Ação Libertadora Nacional, ALN. Hércio Pereira Fortes foi dirigente, gostava de literatura, cinema e teatro. Participava intensamente das atividades culturais de sua cidade, escreveu em jornais, promoveu jograis, criou e difundiu peças teatrais. Era colaborador assíduo do Jornal de Ouro Preto e da voz do grêmio literário “Tristão de Ataíde”, criado em 1938. Atuou na União Colegial Ouro Pretense e na Escola Técnica

Federal, ingressou na escola de metalurgia, mas não chegou a concluir o curso. Em 1963, passou a militar no PCB. Logo após o golpe de abril de 1964, passou a viver na clandestinidade, inicialmente em Belo Horizonte e em Contagem, Minas Gerais, onde integrou o Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro. Tornou-se um dos dirigentes da corrente Minas Gerais e atuou junto a metalúrgicos, assessorando as Comissões de Fábrica, da Belgo Mineira, da Mannesmann, da Mafersa e da RCA. Desempenhou papel importante nas greves dos metalúrgicos de 1968. Em abril de 1969, chegou a ser ferido em um confronto com policiais, mas conseguiu escapar, a partir desse episódio em que foram presos alguns militantes da corrente, passou a viver no Rio de Janeiro, já como militante da ALN. Hércio, mesmo na clandestinidade, não deixou de se comunicar com a família, escrevia cartas, em que expressava a sua saúde e as razões que o levaram a optar pela luta armada. A última vez que se comunicou com a família foi por meio de um telegrama no natal de 1971. Preso em 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, e transferido para o DOI-Codi de São Paulo foi morto sob torturas no dia 28. A versão oficial distribuída à imprensa, que consta da requisição do exame do IML de São Paulo informava que “após travar violento tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e em consequência veio a falecer”.

O Jornal O Estado de Minas, de 1º de fevereiro de 1972, descreveu a versão policial sobre sua morte. Hércio Pereira Fortes morreu sexta-feira, em São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes ao tentar fugir, aproveitando-se do tiroteio entre agentes de segurança e outro terrorista, com o qual Hércio tinha um encontro marcado. No sábado anterior, no dia 23 de janeiro, Hércio Pereira Fortes conseguiu escapar da perseguição policial na Guanabara, quando tentou manter contato com uma terrorista na Tijuca, fugindo para São Paulo foi preso no dia 26, na estação rodoviária, por agentes de segurança da Guanabara e de São Paulo, que acompanhavam seus passos desde o Rio de Janeiro. Os legistas Isaac Abramovitch e Lenilson Tabosa Pessoa definiram como causa da morte anemia aguda traumática. Nos arquivos do DOPS de São Paulo, foram localizados depoimentos prestados por Hércio, comprovando sua prisão. No documento elaborado pelo Comitê de Solidariedade aos presos políticos do Brasil, em fevereiro de 1973, com título “aos bispos do Brasil encontramos”, preso não se sabe se no Rio ou em São Paulo, entre 22 e 26 de janeiro de 1972. Hércio esteve enclausurado no DOI em São Paulo, sendo que inúmeros

presos políticos atestavam sua presença naquele destacamento. Submetido a dolorosas torturas pelas equipes policiais, Hércio veio a sucumbir no dia 28 de janeiro. No dia 1º de fevereiro, os órgãos de repressão, por meio dos jornais publicaram uma nota oficial, onde informavam que Hércio havia sido morto em tiroteio em uma tentativa de fuga. Era por demais óbvio que ele não podia sequer caminhar, em decorrência das torturas. Seu corpo foi visto ao ser retirado do DOI. Em documento encontrado no antigo DOPS do Paraná, lê-se “encaminhamento 087/72/CO/DR-PR. Origem CE/ADF. Morto em São Paulo, ao tentar fugir da prisão, conforme recorte do Globo, em Folha de São Paulo, de 4 de janeiro de 1972, consta que o fichado foi reconhecido pelos órgãos de segurança”.

Comparando os relatórios dos Ministérios Militares encaminhados ao Ministro da Justiça, em 1993, constatam-se contradições entre as versões sobre sua fuga. No relatório da Aeronáutica lê-se “faleceu no dia 28 de janeiro de 1972, ao dar entrada no Hospital das Clínicas em São Paulo, após travar tiroteio com agentes de segurança que o perseguiram”, no relatório da Marinha assim está registrado “morto no dia 28 de janeiro de 1972, em tiroteio com agentes de segurança ao tentar fugir em um fusca após estabelecer contato com o companheiro”.

A família tomou conhecimento de sua morte no mesmo dia, pela televisão e imediatamente se dirigiu para São Paulo, mas o corpo já havia sido enterrado no cemitério Dom Bosco, de Perus, em São Paulo. Em 1975, seus restos mortais foram trasladados para Ouro Preto, Minas Gerais, onde foi enterrado na igreja São José. Na requisição de necropsia, encontrada no IML de São Paulo, tem a marca “T” em vermelho de terrorista, conforme tratamento dispensado aos perseguidos políticos. O legista Antenor Chicarino analisou o laudo a pedido da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, para instruir os processos éticos contra os médicos legistas que assinaram laudos falsos no Cremesp. Suas observações ressaltaram que o laudo não descreve as características das lesões por projeteis, não faz referência à distância, apenas as definindo como entrada e saída, e antecipa no exame externo as trajetórias dos projeteis, não fazendo no exame interno. As lesões descritas não foram imediatamente mortais e os projeteis não foram retirados e encaminhados para inquérito, mesmo estando localizados em tecidos de fácil acesso. O médico legista Dom Mévio(?) acrescentou também a instrução dos processos éticos no Cremesp, que o projétil descreveu trajetória da esquerda para a direita,

de cima para baixo, ligeiramente de frente para trás, indicando que foi disparado a média ou curta distância, ato típico de execução.

O relator do caso na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Nilmário Miranda, afirmou que a prisão e morte de Hércio Pereira Fortes ficaram demonstradas por vários depoimentos e documentos, entre eles o encaminhamento 087/72, do documento do Paraná, encontrado no arquivo do antigo DOPS, onde se lê que: “para conhecimento desse órgão, esse centro encaminha cópia de expediente de referência, versando sobre depoimento de Hércio Pereira Fortes, morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão”. Nilmário Miranda citou também o depoimento de Darci Miyaki, presa por agentes do DOI-Codi do Rio, no Rio, em 25 de janeiro de 1972. Darci perdeu a noção do tempo, pois submetida a intensas torturas, mas calcula que no dia 27 recebeu roupas e encapuzada soube que seria removida. Em um corredor, pela costura esgarçada do capuz, viu Hércio encostado na parede, foram transportados na mesma viatura. Hércio no chiqueirinho e ela entre o motorista e um agente, e conduzidos ao DOI-Codi de São Paulo. Ali foi colocada em uma cela isolada, no segundo andar, onde ficou por vários dias sendo torturada e ouvindo os gritos de Hércio durante a tortura. Sem saber precisar o dia, mas após nova sessão de tortura, não mais foi conduzida a cela onde estava, mas a outra, com porta de ferro, sem luz e sem ventilação, e antes de ser colocada nessa solitária ouviu do carcereiro que desse local havia saído um presunto fresquinho. Darci convenceu-se de que o corpo retirado da solitária era de Hércio Pereira Fortes, porque a partir de então não mais ouviu seus gritos.

O relator destacou que a versão oficial ora se referia a um tiroteio na Avenida Bandeirantes, onde Hércio teria um encontro com outro militante, dando a entender que não se encontrava preso. Ora falava de uma suposta fuga da prisão, quando Hércio teria sido baleado. Em função das contradições e dos depoimentos colhidos, o relator pediu deferimento, concluindo que ficou demonstrada a falsa da morte em consequência de tiroteio, sendo caso 70/96 deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996. Em sua homenagem a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa e a cidade do Rio de Janeiro fez o mesmo no bairro Paciência.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Passa-me a cópia desse testemunho. Vivian Mendes.

A SRA. VIVIAN MENDES – Frederico Eduardo Mayr, morto em 24 de fevereiro de 1972. Nasceu em 29 de outubro de 1948, em Tibó, Santa Catarina. Filho de Carlos Henrique Mayr e Gertrudes Mayr. Morto em 24 de fevereiro de 1972, militante do Movimento de Libertação Popular, Molipo. Cursou o primeiro ano na escola pública municipal Dr. Cocio Barcelos, no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, fez o curso ginásial e o científico, atual ensino médio, no colégio Mallet Soares, no mesmo bairro. Gostava da vida e em contato com a natureza e dos acampamentos, praticou pesca submarina na adolescência e foi escoteiro na tropa Baden Powell, gostava de artes plásticas. Aos 15 anos de idade fez sua primeira participação coletiva em uma exposição, apresentando dois trabalhos. Ingressou na faculdade de arquitetura, da UFRJ, aos 18 anos. Na faculdade de arquitetura recebeu elogios de artistas plásticos, como Hélio Burri, e teve como professores Ivan Serpa e Ubibava. Participou do movimento estudantil e engajou-se na ALN. Em 1969, em um dos primeiros processos que respondeu nas auditorias militares no Rio de Janeiro, Frederico foi acusado em uma ação penal, que tinha como co-réus, dentre outros, o militante Jorge Raimundo Júnior, sendo condenado à revelia a pena de três anos. Esta condenação motivou o protesto de Jorge na sessão de julgamento quando aos gritos disse que Frederico era inocente. A partir dessa condenação, Frederico passou a viver na clandestinidade, quando cursava o segundo ano da faculdade de arquitetura. A família recebeu um bilhete dele, pedindo para trancar sua matrícula e não recebeu mais informações. Foi para Cuba onde realizou treinamento de guerrilha e lá se integrou ao grupo dissidente da ALN, o Molipo, regressando para o Brasil em fins de 1971. Foi baleado e preso pelos agentes do DOI-Codi de São Paulo, em 23 de fevereiro de 1972, na Avenida Paulista em São Paulo. No documento encontrado nos arquivos do antigo DOPS de São Paulo, intitulado aos Bispos do Brasil, assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, datado de fevereiro de 1973, temos: “foi levado para o DOI-Codi São Paulo a Rua Tutóia 721, onde foi intensamente torturado durante todo o dia e toda a noite, submetido a choques elétricos, cadeira do dragão, pau de arara e violentos espancamentos, apesar de ferido no abdômen. Durante o período que estava sendo torturado, foi visto várias

vezes, em uma delas aplicaram-lhe um banho frio no xadrez um do DOI, para que se reanimasse. Foi visto ainda sentado em um banco existente na entrada do prédio, onde se localizavam as câmaras de torturas, todo ensanguentado e cheio de hematomas, chegando a conversar rapidamente com um preso político.

Frederico foi torturado e assassinado pelos policiais, escrivão da polícia Gaeta, policial federal Aderbal Monteiro, um capitão do exército, de alcunha Átila, um policial de alcunha Zé bonitinho ou Oberdan, um investigador loiro da equipe de identidade desconhecida, todos assistidos diretamente pelo major do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que chegou a propor a Frederico a concessão de sua vida em troca de informações.

Mayr foi assassinado no dia 5 de fevereiro de 1972 e existem várias testemunhas dos fatos aqui narrados. A polícia meses mais tarde admitiu publicamente a morte de Mayr sem qualquer esclarecimento”. Um dos companheiros que estiveram com ele, antes de morto, José Carlos Gianini, afirma não haver possibilidades de Frederico ter travado tiroteio com os policiais nem mesmo se tivesse conseguido fugir, pois estava muito debilitado em razão do ferimento a bala e as torturas. No processo 100/72, da segunda auditoria militar de São Paulo, no qual Frederico estava sendo julgado como revel, vários presos políticos denunciaram a sua prisão e morte, quando o Juiz Nelson Machado Guimarães fez excluir seu nome, extinguindo sua punibilidade por morte, só reconhecida naquele momento.

As várias denúncias feitas não foram registradas em decorrência da negativa do referido juiz. A declaração do ex preso político Oseas Duarte de Oliveira, contudo, ficou registrada, ele afirmou que seus torturadores afirmaram ter assassinado vários presos e o citavam nominalmente, inclusive o nome de Frederico Mayr. Enterrado com nome falso, no cemitério Dom Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, seus restos mortais estavam na vala clandestina, criada em 1976. Sua ossada foi identificada em 1992, pelo departamento de medicina legal da Unicamp. Seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1992, após missa celebrada na Catedral da Sé, por Dom Paulo Evaristo Arns. Na mesma data, foram trasladados os restos mortais de Helber José Gomes Goulart e Manuel Bezerra dos Santos. Desde o momento da prisão de Frederico, os agentes policiais sabiam de sua identidade. Nos documentos encontrados no DOPS São Paulo consta seu nome verdadeiro e na ficha individual, documento

30Z165124, além do número verdadeiro estão os dados de qualificação ficha datiloscópica, fotos de frente e de perfil e os nomes falsos. Na ficha individual feita em 24 de fevereiro de 1972, pelo serviço de identificação do exército constam fotos de Frederico ainda vivo, catalogada no DOI sob o número 1112, na qual o local da prisão indicado foi a Avenida Paulista, tendo ocorrido em 23 de fevereiro. Sua certidão de óbito no momento foi lavrada em nome de Eugênio Magalhães Sardinha, indica que seu enterro como indigente ocorreu no cemitério de Perus. No laudo da necropsia, assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg consta como local de sua prisão a Rua Pêro Correia, no Jardim da Glória em São Paulo. Além disso, a resposta ao quarto quesito do laudo, onde se pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, foi negativa. A versão oficial apresenta detalhes de um inacreditável tiroteio, no qual ele teria morrido, confirmado pelo IML.

Segundo documento encontrado no DOPS de São Paulo, os guerrilheiros a bordo de um fusca “começaram a atirar contra os policiais, sem serem provocados”, no combate só Frederico foi morto e os demais ocupantes do veículo não foram mais citados, nem como presos, nem como foragidos. Sua morte e desaparecimentos são relatados por sua mãe Gertrudes Mayr “no final de 1972, em outra ação penal da justiça militar do Rio de Janeiro, foi juntado por um advogado um recorte de jornal que noticiava a morte de Flávio de Carvalho Molina, embora essa notícia não mencionasse Frederico, a família pediu ao advogado Mário Mendonça que fosse a São Paulo para obter informações. O advogado voltou, dizendo que nada constava em São Paulo, segundo as informações que recebera das autoridades sobre uma eventual prisão ou morte de Frederico. Foi neste momento que Nelson Lote me perguntou se Frederico ainda estava vivo. A partir desse instante tomei consciência de que meu filho pudesse ter sido preso e eventualmente morto. Foi somente em 1979, quando da promulgação da lei da anistia, que vimos o nome de meu filho ser publicado em listas dos comitês brasileiros pela anistia, ora como morto, ora como desaparecido.

Membros da CBA de São Paulo procuraram familiares meus no Rio de Janeiro, com cópias de documentos do caso, onde as autoridades judiciárias extinguiram a sua punibilidade por ter sido morto por órgãos de segurança, enterrado no cemitério de Perus, sob o nome falso de Eugênio Magalhães Sardinha. Na justiça foi feita a retificação do

assentamento de óbito, substituindo os dados falsos pelos verdadeiros. Após ter sido encontrado enterrado em Perus, sob o nome falso de Nelson Bueno, o perseguido político Luiz Eurico Tejera Lisboa, o primeiro desaparecido político encontrado, em 1979, fui ao cemitério de Perus para buscar informações sobre o meu filho, e naquele registro não constava o nome de Frederico, nem se encontrou anotações com o sobrenome Sardinha. Apenas de a informação da morte constarem em processo na justiça militar, meu filho continuou a responder a outras ações penais, em outras auditorias militares. Frederico não foi o filho que eu perdi, mas o meu filho que todos nós perdemos. Quando existe um nascimento, sabemos que existirá a morte, mas o que aconteceu comigo, com a minha família e outras em situação semelhante, não segue a lei natural, o que se passou conosco foi uma afronta à dignidade humana, Frederico Eduardo julgado e absolvido no Conselho Permanente de Justiça, em 21 de setembro de 1972, inocência confirmada no STM, em 15 de fevereiro de 1974, já não era vivo. Baleado, preso e torturado por agentes do DOI-Codi de São Paulo, Frederico Eduardo Mayr havia morrido em fevereiro de 1972, fato que só vinha a saber muitos anos depois”.

No livro a ditadura escancarada, Elio Gaspari comenta que naquele período os órgãos de segurança não se preocupavam em esconder a falsidade de suas versões oficiais sobre as mortes e prisões, pois eram nítidas as contradições, estampadas nas notas oficiais de informe sobre a morte de “subversivos”, “tamanha onipotencial na manipulação da realidade, produziria dois casos patéticos, outro cubano, Frederico Eduardo Mayr morre três vezes, a primeiro a caminho do Hospital depois de um tiroteio na Avenida Paulista, a segunda no dia seguinte fugindo de um ponto no Jardim da Glória, a terceira no mesmo dia alvejado pelos colegas quando estava dentro de um carro preso. Na realidade Mayr foi para o DOI-Codi, onde o fotografaram e o ficharam, dando-lhe o número 1112, tinha uma bala alojada debaixo da pele da barriga. O ferimento era tão superficial que se poderia apalpar o projétil, conversava normalmente, mataram-no com três tiros no peito, perfurando-lhe os dois pulmões”.

A relatora do caso na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Suzana Lisboa, registrou que a foto do corpo mostrando o rosto e o dorso de Frederico, localizada no arquivo do DOPS de São Paulo, indica ter sido tirada a algum tempo depois da foto de identificação, já que aparece mais magro e desfigurado. Afirmou ainda que todos

os documentos policiais apresentavam o seu verdadeiro nome, até mesmo a requisição de exame ao IML, feita com o nome falso tem anotada a sua identificação e concluiu “é evidente que além de confirmada a prisão, o enterro como indigente sob nome falso, quando se conhecia plenamente a identidade foi utilizado pelos órgãos de segurança para acobertar mais um assassinato sob torturas, ocorrido nas dependências do DOI-Codi de São Paulo”. O caso de Frederico 019/96, na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996, em sua homenagem a cidade de São Paulo colocou o seu nome a um viaduto no Jardim São Luis, em uma rua no bairro da Casa Verde. Criciúma também homenageou Frederico, colocando em uma rua no bairro Santa Luzia.

As informações e os dois memoriais que foram lidos foram extraídos do dossiê “mortes e desaparecidos políticos no Brasil de 1964 a 1985 do Ivo”. A gente tem uma parte do vídeo agora... passarei uma parte do vídeo do filme “vala comum”, onde tem o depoimento da Gertrudes Mayr, da mãe de Frederico.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Depois do filme eu quero que vocês fiquem aqui. A TV está transmitindo ao vivo. É um trecho do documentário “Vala comum”.

* * *

É exibido parte do documentário: “Vala comum”.

* * *

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Roberto vem para cá, fica aqui ao nosso lado, do lado da Darci. Darci quem é você? Fala-me um pouco da gente, como é que você começou, conta um pouco de você, como é de uma família japonesa saiu uma pessoa como você, uma revolucionária, de onde você veio, do interior? Como é que sua vida se entrelaça com tantas outras, você que viajou pelo mundo, conheceu tanta gente antes de você ler o seu depoimento, queria que você falasse como testemunha desses dois casos, que você se abrisse e se apresentasse, por favor.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Minha vida política ou minha consciência política se deu muito cedo, porque eu tive o privilégio de conhecer um Sr, pai de colegas, ele tinha lutado na guerra civil espanhola e depois veio ao Brasil. Então, o Sr. Jaime foi uma pessoa que sempre me atizou intelectualmente e principalmente me mostrou as diversidades de classe, o que significava o fascismo que ele tinha sofrido pessoalmente, sofrido na carne, então eu tive o privilegio de ter orientação desse Sr. É até interessante, porque estudei em colégios de freiras e fui presidente da cruzada eucarística infantil, com todo o respeito, e o Sr. Jaime disse o seguinte “por que você não aproveita e não pede para as freiras para começar um trabalho na favela do vergueiro”. E o interessante que essa favela do vergueiro, trabalho que nós iniciamos lá, no futuro deu muitos frutos, porque de lá nos tivemos militantes da ALN, que iniciaram a sua vida política, justamente nessa favela. Posteriormente, fui da juventude comunista, não de carteirinha, porque a minha origem era um pouco ou bastante anarquista, em função do Sr. Jaime, participei do movimento estudantil ativamente, participei da tomada da faculdade de direito, Largo São Francisco, e nessa época já estava havendo, 1967 a 1968, Carlos Maier Keller já estava em Cuba, participando da Ollas, e nós já tínhamos notícias das divergências que existiam em relação ao PCB. Tive o privilegio de fazer parte dessa primeira leva, desse início de formação da Ação Libertadora Nacional. Posteriormente, fui enviada a Cuba, retornei, passei uns tempos no Chile e retornei ao Brasil.

A minha volta ao Brasil foi difícil, farei um gancho aqui, porque nós estávamos em cartazes, terroristas, bandidos, procurados vivos ou mortos, era uma forma, inclusive de a ditadura nos afastar da população, era uma forma de atemorizar o povo e nos mostrar como bandidos, eu queria esclarecer, e isso eu coloquei no meu requerimento da anistia, que não concordo com essa lei da anistia, a começar pelo seu título, lei da anistia, não concordo, porque é anistiado alguém que cometeu um crime, é anistiado quem tem delitos para serem anistiados, nós não cometemos nenhum crime, nós exercemos o nosso direito mais do que direito, nós tínhamos o dever de lutar contra uma ditadura que havia se apossado, havia destituído um... veja só, o Jango era vice-presidente, e foi um vice-presidente eleito, o Jango tornou-se presidente por meio do voto popular. Então, essa ditadura que procurou dar uma aparência de democracia foi um... pleno, o Legislativo era um simulacro de Legislativo, o Judiciário também era um simulacro, a imprensa censurada, os estudantes

presos, torturados, não podemos ver a ditadura apenas a partir de 1964 ou 1967 ou 1968, na verdade a gestação dessa ditadura iniciou bem antes em 1961, 1962, provavelmente, vocês são jovens demais para lembrar que houve um “Macside” aqui no Brasil, que houve Aliança para o Progresso, progresso deles, dos imperialistas, e não do Brasil. E assim várias medidas foram tomadas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Você foi presa Darci? Quando você foi presa?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu fui presa no dia 25 de janeiro de 1972, na Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Eu queria dizer para vocês o seguinte, que neste momento eu venho fazer denúncia sim, mas acima de tudo dizer que eu militante estou me reconstruindo, neste momento em que eu estou falando, estou novamente lutando contra os torturadores, porque o que eles fizeram foram assassinatos e a nós sobreviventes foi feito um trabalho de desconstrução, quiseram nos anular fisicamente tem as sequelas visíveis, psicologicamente a consequência daquela tortura psicológica, aquela tortura física foi algo científico, foi algo para nos neutralizar do resto da vida, então neste momento Deputado Adriano, quando estou aqui falando, eu estou me reconstruindo e estou desconstruindo o que a ditadura tentou fazer com o nosso passado. Agora de imediato eu gostaria de entrar. Há pouco você me perguntou a data da minha prisão, fui presa dia 25 de janeiro, e do dia 25 de janeiro ao dia 28 de janeiro, não sabia que era dia 28, eu fui torturada muito, e da sala de torturas eu era levada para um lugar que posteriormente eu soube que era a geladeira, era um lugar baixo, com a luz intensa, um ruído terrível, e ficava lá nua e sentia muito, mas muito frio, em pleno mês de janeiro, fevereiro, era muito frio que eu sentia. No dia 28, eu ficava nua, eu ia direto da sala de tortura para esse local, então de 25 a 28, eu não me lembro de ter posto roupa. Bom, no dia 28, que eu não sabia que era dia 28, os torturadores chegaram e me jogaram a roupa e me mandaram me vestir, eu me vesti, puseram um capuz, eu fui levada para um local, que eu não sei se era corredor o que era, e lá eu vi um rapaz encostado na parede, era um capuz muito vagabundo, com um tecido mudo ralo, e por coincidência, a costura desse capuz ficou na minha frente, através da costura eu visualizei esse rapaz, e vi que era o Hércio Pereira Fortes, estava ele com aquele terninho que

costumava usar, mal conseguia ficar em pé e estava encostado na parede, imediatamente nós fomos levados Hércio e eu para uma viatura. O Hércio foi colocado no chiqueirinho, entre mim e o Hércio havia uma fileira, três policiais, e eu fui colocada no banco da frente, ao lado do motorista, no meio, e do outro lado outro policial. Foi quando nós soubéssemos que seríamos transportados para São Paulo, mais ou menos no meio da manhã, porque eu sei que era no meio da manhã, eu já tinha sido torturada nesse dia e já tinha sido levada para tal geladeira, então só podia ser nove, dez horas, não posso ter certeza de horário. No meio do caminho, na via Dutra, os torturadores pararam a viatura e se revezavam para comer, então foi três para comer e ficaram dois, então nesse momento o motorista da C14, da viatura, ele ligou o rádio e ouvindo o rádio eu ouvi que era dia 28 de janeiro, isso ficou gravado na minha mente, porque naquele momento eu pensei, já salvei os pontos do dia 25, do dia 26, na Guanabara, do dia 27 e 28 em São Paulo, então foi uma data que ficou marcada na minha mente. Bom, chegamos a São Paulo a tarde, fomos imediatamente...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Sra. Darci eu não entendi, deixa eu entender, você ouviu que era dia 28, você falou já passaram os pontos que eu tinha que cobrir do dia 25, 26, 27...

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – É porque eu fui presa...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Guanabara, então você estava livre desses interrogatórios...

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Exatamente, quer dizer, eu tinha conseguido apesar das torturas preservar os pontos, então essa data para mim era uma data muito importante, eu tinha que me localizar no tempo, porque depois tinha o depois.

Então, nós fomos levados imediatamente para as salas de interrogatórios...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Deixa-me entender um pouco mais, você era uma pessoa importante na organização, não era? Porque você caiu em 1972, e no Rio de Janeiro, você está estava baseada no Rio e estava em São Paulo?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não. Na verdade, eu trabalhava tanto, as minhas tarefas eram tanto em São Paulo, quanto do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - A Sra. era da ALN?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu era da ALN, Ação Libertadora Nacional, era um quadro, tinha treinado em Cuba.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Quanto tempo você ficou em Cuba?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Fiquei quase dois anos, porque nesse meio tempo eu fui cumprir tarefas também na Coreia do Norte. Da Coreia do Norte, retornei a Cuba, depois de Cuba fui para o Chile e estava retornando ao Brasil. Depois eu conto o fato, porque acredito que nessa época, 1971, já havia a operação Condor, não com esse nome, mas voltando então eu acho muito importante esclarecer essa data do dia 28, porque tanto a repressão como livros nossos dizem que o Hércio foi morto no dia 28, o Hércio não morreu no dia 28. No dia 28 de janeiro de 1972, nós estávamos sendo transportados da Guanabara para São Paulo, enquanto estávamos sendo transportados ainda já saíram às notícias de que Hércio tinha morrido em um tiroteio, ele estava vivo gente, eu sou testemunha disso. Sim, fomos para as salas de torturas, não na mesma sala, em salas contiguas...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - O pessoal que foi buscar vocês no Rio, quem trouxe vocês para São Paulo, era o pessoal do Rio ou era o pessoal daqui?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não. Quem nos trouxe do Rio, eram equipes do Rio de Janeiro, e entre eles veio o tal do Dr. Roberto, que aqui atrás já tem o nome dele, o nome legal, ele veio chefiando essa equipe.

Mas voltando ao Hércio, no dia 29, eu tenho certeza absoluta de continuar ouvindo, porque assim, quando você está sendo torturada, você não ouve outros sons, é o teu grito que sai de dentro de você, e quando havia algum intervalo, do tempo que eu era torturada, então eu ouvi os gritos do Hércio Pereira Fortes, isso se prolongou pelo dia 29, eu tenho quase certeza que também pelo dia 30 de janeiro. Durante esses dois, três dias eu fui levada para uma cela, atravessava o pátio, era uma cela que ficava em cima do refeitório dos repressores e era trazia de lá para a tortura. Depois de alguns dias, dois, três dias, não posso dizer com absoluta certeza, já não conseguia quase andar também, eu fui levada para a solitária e no momento em que eu era colocada na solitária o carcereiro Oberdan disse o seguinte “daqui saiu um presunto fresquinho”, não havia outras pessoas além do Hércio e eu sendo torturados naquele momento do DOI-Codi, quando eu tive certeza absoluta que o Hércio tinha morrido e ele morreu lá na cela, ele evidente não morreu em nenhum tiroteio, eu quero frisar muito bem que ele morreu na cela, em função de um laudo do Instituto Médico Legal, assinado pelo Isaac Abramovitch, posteriormente eu entro nisso. Mas eu quero esclarecer que quando noticiam a morte de Hércio, nós estávamos sendo transferidos.

Depois de muitos anos eu soube que o irmão de Hércio Pereira Fortes, ao ouvir as notícias da morte dele, ele veio para São Paulo, ele foi ao DOI-Codi e lá disseram para o irmão do Hércio que ele tinha morrido e já tinha sido enterrado, quer dizer foi alguma coisa a jato, agora me pergunto o seguinte, que tipo de ser humano tem coragem de olhar nos olhos de um familiar e dizer que tinha morrido em um tiroteio e já tinha sido enterrado? O Hércio estava ali há poucos metros do irmão dele, sendo torturado. Então, eu gostaria que nos livros fosse retificada a data do assassinado dele, ele não morreu no dia 28, provavelmente, também não posso afirmar com certeza absoluta, deve ter sido entre o dia 30 e 31, eu digo isso por quê? Os carcereiros, haviam dois carcereiros, então você tem que provar o que você fala, haviam dois carcereiros, enquanto eu estava naquela cela lá em cima, eu fui retirada daquela cela pelos dois carcereiros, tanto pelo Casadei, quanto Marechal, o que significa que se eu entrei na solitária após a morte do Hércio, se eu fiquei dois dias lá em cima naquela cela, o Hércio permaneceu vivo por dois dias pelo menos, quer dizer, 29 e 30, com quase certeza absoluta ele estava vivo, só não posso afirmar categoricamente, foi no dia 30, foi no dia 29, foi no dia 31, categoricamente eu posso

afirmar 28 e 29 ele estava vivo, ele morreu sendo torturado. Você quer fazer alguma pergunta?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Eu queria que a Sra., como se passaram tantos anos e a Sra. disse com muita propriedade que cada dia que você fala sobre esse assunto, a Sra. se reconstrói e desconstrói a repressão, lógico que nós vamos falar do Mairson, mas quem era você, qual curso que você fez, onde você nasceu, você falou da favela do vergueiro, você vai a Cuba, até a Coreia do Norte, você era uma pessoa importante da organização do Rio de Janeiro, estava no Rio de Janeiro, tinha ponto em São Paulo.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Ao contrário.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - O que vocês faziam? Porque tudo bem, tem essa questão da morte, do dia, da comprovação, mas fala um pouco da vida, mesmo com o Hércio, você conhecia, os dois eram clandestinos? Você tinha mais alguma informação? Começa a lembrar essa história e lógico quando você chegou a Oban era o Valdir Coelho, era o Ustra? Qual o papel que o Ustra tinha, além dos carcereiros, você falou Casadei, Oberdan, Marechal, quais as outras equipes, no memorial aparece o Gaeta, mas é do Mayr, então queria... reconstitui um pouco essa história, quantos anos você tinha? Você fazia letras?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não. Eu fazia direito no Largo São Francisco.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - A Sra. era da faculdade de direito, participou da ocupação.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Participei da ocupação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - A Sra. conviveu com João Leonardo?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Sim, éramos colegas, João Leonardo, Arnotras, Tadeu, aliás, Cidinha Costa, Caio Fenancio, muitos saíram do Largo São Francisco, da faculdade de direito, e participaram, alguns não de organizações, como a ALN, que era pela luta armada, mas de uma forma ou de outra muitos participaram, até é interessante que no Largo São Francisco, nós tínhamos um verso que diz o seguinte “quando se sente bater no peito heroica pancada, deixa-se a folha dobrada, enquanto se vai morrer”, mais ou menos foi isso que nós fizemos, fizemos isso porque, eu falei de desconstrução que a ditadura fez, essa desconstrução, gente, nós sentimos os efeitos disso até hoje, tribos inteiras foram dizimadas, aqueles seringueiros, que colhiam os frutos foram assassinados, ninguém sabe disso, o ensino, esse ensino, o pouco ensino que temos até hoje, isso deriva da política do “Macsida”, até nós reconstruirmos este país novamente, vamos precisar de muitas décadas, é apenas um adendo que estou fazendo, e essa reconstrução é uma reconstrução não só do país, mas é uma reconstrução de cada um de nós militantes, de nós militantes, sobreviventes, dos familiares dos nossos mortos e desaparecidos, e essa reconstrução é alguma coisa que eu provo para vocês, até a pouco tempo eu não conseguia falar sobre a minha vida passada, a minha militância, eu fiquei sete meses, quase sete meses no DOI-Codi, quer dizer, além da tortura física, ouvir os gritos dos companheiros sendo torturados, são fatos que te marcam, são fatos que te desestruturam, são fatos que você leva para o resto de sua vida, eu perdi um pouco a linha do meu...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Quando a Sra. foi para a Coreia do Norte, foi com o Marighella, não?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Veja só, na realidade, houve um fato interessante e triste. Quando Marighella foi assassinado, o Joaquim Câmara estava se dirigindo, estava na Europa, e ele estava indo para a Coreia do Norte, o Marighella tinha uma visão internacionalista, muita gente pensa que a visão do Marighella era somente em relação à Cuba, não, o trabalho feito pelo Marighella foi um trabalho internacionalista, e

nós temos companheiros que tiveram tarefas de ir para a Argélia, temos companheira que foi para a Guiné Bissau, eu pessoalmente fui para a Coreia do Norte, buscando a solidariedade desses países. Eu quero ressaltar muito esse lado do Carlos Marighella, essa visão que ele tinha de conseguir o apoio de vários outros países, não somente de Cuba, isso é importantíssimo, porque depois nós vamos ver quantas vidas foram salvas, por essas sementes que o Marighella plantou lá trás. O que você me perguntou?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Quer dizer quando você foi para Coreia, mas o Joaquim Câmara foi com vocês para a Coreia? E qual era a sua missão na Coreia, isso que eu queria entender um pouco melhor, você já tinha ficado os dois anos em Cuba? Foi no meio?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Foi no meio.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - A Sra. era uma pessoa especializada em informação, não é?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – O meu setor era na realidade inteligência e contrainteligência, que englobava o setor de informações, eu digo inteligência e contrainteligência, porque a visão, fomos destroçados antes disso, mas a visão da ALN era uma visão mais global, informação era algo mais restrito ou deram a ideia de que era algo mais restrito para ações, nós tínhamos uma visão muito mais ampla do que isso, a preocupação nossa era inclusive de dados geológicos, dados antropológicos, dados estratégicos, porque a visão da ALN era chegar à luta, à guerrilha rural, então esse setor de inteligência era um setor que se preocupava não somente com o Estado ou a cidade de São Paulo, Guanabara, Belo Horizonte, não, era uma visão que englobava todo o Brasil, era nesse setor que eu trabalhava, a bem da verdade nós estávamos, eu estava tentando organizar esse setor quando fui presa, então foi algo muito incipiente, não tivemos condições de concretizar, antes disso, fomos presos, os companheiros foram assassinados, a morte do Marighella foi um revés muito grande para a organização, para esquerda, para o país. Então, quando morre o Marighella, o Joaquim Câmara está, não sei se em Paris, ou se

em Roma, com a missão de ir para a Coreia do Norte, só que ele recebe a notícia da morte do Carlos Marighella, e vai para Cuba, onde estávamos treinando, e conseqüentemente, depois de Cuba, ele retorna ao Brasil, posteriormente ele manda uma mensagem, dizendo que eu deveria ir para a Coreia, e lá na Coreia, a tarefa era conseguir um apoio político, conseguir treinamento para outros companheiros, é isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Darci, a Sra. é uma das pessoas que mais foi torturada, a Sra. permaneceu sete meses na Oban, ou a Sra. foi levada para a casa da morte, para o sítio de Parelheiros? E a Sra. ficou de quando a quando na Oban? E além do Hécio e do Mayr, quantas pessoas que a Sra. viu nesse período passar por lá, ou serem assassinadas, ou ter notícia? E a Sra. ficou o tempo todo no sobradinho ou se vinha para a cela forte ou só ficou na cela forte, ou se ficava naquele sobradinho lá do fundo, em cima do refeitório? A Sra. ficou sete meses na Oban, eu imagino naquela época, você entrou que dia? Chegou dia 28...

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu cheguei ao DOI-Codi no dia 28 de janeiro de 1972.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Saiu?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu saí, acredito que no dia 4, 5 de agosto, eu queria ressaltar uma coisa...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - De 1972?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – 1972.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - E a Sra. vai ao presídio?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu fui ao Tiradentes direto, não passei pelo DOPS, se quiser depois eu explico algo que nós concluímos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Fica sossegada, como faz tanto anos, a gente precisa fazer essa mínima cronologia, quanto tempo você ficou no Tiradentes?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não lembro, porque do Tiradentes nós fomos transferidos para o presídio do Hipódromo. No total, eu fiquei um ano e meio.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Quando Joaquim Câmara morre?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Ele morreu em outubro de...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - 1972?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não. De 1970.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - O Joaquim Câmara. E a Sra. foi presa quando?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Em 1972.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Então, a Irine já estava... já estava chegando o pessoal do Molipo.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Exatamente, o pessoal da Molipo já estava chegando.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - E como tem a ver, como que cruza a sua histórica com Mayr?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Veja, eu não conhecia o Mayr pessoalmente, agora eu ouvi parece-me que ele havia treinado em Cuba também, mas mesmo em Cuba, nós ficávamos compartimentados, ou seja, um grupo não tinha contato com outro, era uma medida de segurança, então quando eu vejo Mayr pela primeira vez no DOI-Codi, eu vi um companheiro ensanguentado, não sabia o nome dele, não sabia se era da ALN e não sabia se ele era da Molipo. Eu só vim saber alguns dias depois.

Uma coisa que eu queria ressaltar...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Só entender uma coisa, quem estava no comando da ALN, com a morte do Marighella e do Toledo, você era de GTA, a quem você se referia, qual era o seu grupo de comando? Isso que eu queria entender, porque senão eu não consigo formar o raciocínio.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Quando retorno ao Brasil, nós tínhamos no comando nacional o Yuri Xavier Pereira, o Luiz José da Cunha, que era meu companheiro, nós treinamos juntos em Cuba, e nos conhecemos lá, o Criolo, e lá começou um relacionamento pessoal nosso, que foi até a data da minha prisão. Então, quando retorno ao Brasil, estavam no comando o Hércio Pereira Fortes, Yuri Xavier Pereira e Criolo. Alguma pergunta mais?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Agora entendi. E o Criolo só cai em 1973.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Em 1973, no dia 13 de julho de 1973, que infelizmente era meu aniversário.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Esse dia a Sra. estava presa?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Esse fato foi algo bastante interessante, porque no dia 13 de julho, eu não sei que tipo de audiência houve na auditoria militar, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, então eram quinze para uma, mais ou menos, nós

estávamos em uma saleta e já havia companheiros na sala de audiência, entra uma equipe do DOI-Codi, dizendo o seguinte, não era uma hora da tarde, eles disseram “pegamos o Criolo”, aliás, não foi bem isso. Eles olharam para mim e disseram “pegamos o filho da puta do teu amante”, literalmente foi isso que eles disseram. E naquele momento, foi um choque, eu comecei a chorar, e lembro que um companheiro falou para mim “não chora, é isso que eles querem de você”, engoli minhas lágrimas e hoje quando estava ouvindo a mãe do nosso companheiro falando eu readquiri a capacidade de chorar, porque foi algo que até isso eu havia perdido, capacidade de externar com lágrimas, porque ficava um negócio dentro de mim, eu não conseguia chorar, inclusive quando morreu meu pai, foi um sofrimento muito grande, eu não consegui, por isso que eu digo Adriano, que esse momento em que você vem fazer denúncias, também é um momento de reconstrução, para mim pelo menos está sendo o momento em que eu estou me reconstruindo.

Eu estou dizendo aos torturadores, que apesar de toda aquela tortura, muito científica, que não é algo que surgiu no Brasil, é algo sistematizado, desde Argélia, eu quero dizer a eles “olha, eu estou me reconstruindo, eu passei muitos anos calada”. Eu acho que o mais importante agora, eu tenho muito pouco a dizer sobre o Frederico Eduardo Mayr, a não ser que, eles queriam que eu desse um aparelho no que eu tinha ficado, então eles me pegavam, colocavam na viatura, rodavam comigo, voltavam normalmente depois da volta eu ia para a tortura novamente, não encontrava o aparelho. Em uma dessas vezes, em fevereiro, não sei o dia exato, eu vi um rapaz, que eu acho que eu já relatei agora pouco, sentado lá, todo ensanguentado, posteriormente ainda vi o Frederico Eduardo Mayr, acho que no dia seguinte, saindo da sala de tortura, bastante torturado, e uma terceira vez quando ele foi levado para a cela número 1, nessa época eu já estava na cela feminina, a cela feminina dava exatamente na frente da solitária, de onde eu tinha saído, e dava para a cela número 1, para o Mayr foi levado e só posteriormente, eu soube, alguns dias depois, que ele era o Frederico Mayr, era um companheiro do Molipo, e quero aqui reafirmar que ele não morreu em tiroteio, ele foi preso, foi torturado, estava subjulgado e foi executado, da mesma forma que o Hércio. O Hércio morreu na solitária, mas com sequelas, sabe aquelas hemorragias, eu mesma tive hemorragias, oral e vaginal, fui levada ao hospital, por duas ou três vezes, o Hércio não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Qual hospital a Sra. foi?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Uma das vezes eu tenho certeza que foi no Hospital das Clínicas, o pessoal estranha quando eu digo que eu fui levada ao Hospital das Clínicas, mas vários companheiros foram levados ao Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - E a outra vez a Sra. foi para outro Hospital?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu acredito que tenha sido hospital militar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - No Cambuci?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Fora as idas aos hospitais, no meio das torturas, isso tem que ficar muito bem ressaltado, no momento da tortura, eu cai estatelada no chão, estava realmente pulsando pela boca, com hemorragia vaginal, entrava um homem que via a minha pressão, e ele falava pode continuar ou parem, normalmente era pode continuar. Então, não sei se ele era enfermeiro ou médico, mas a figura de determinados profissionais que trabalharam estreitamente com os órgãos repressivos, isso tem que ficar muito bem documentado, e eu sou testemunha disso.

Agora, quase que encerrando do Frederico Mayr o que eu posso dizer é que eu vi, que eu presenciei foram esses fatos, e eu gostaria de aqui apresentar denúncias citando nomes da época em que eu fiquei presa, eu fui torturada pelas três equipes, havia três equipes, “A”, “B” e “C”, então inicialmente logo que nós chegamos ao DOI-Codi de São Paulo a tortura era diária, dia e noite, eles paravam no momento em que você dava um ponto falso, eles te colocavam em uma viatura, era o momento em que você tinha para pensar e se recuperar um pouco da tortura, mas eu quero aqui dizer que tinham três equipes de torturadores, equipe “A”, “B” e “C”. Então, Deputado Adriano eu acho que é de suma importância se possível, vocês conseguirem a escala dessas equipes, que por meio dessa escala, porque eles trabalhavam 24 horas e folgavam 48 horas, vocês obtendo essa tabela, a

equipe “A” trabalhou no dia 28 de janeiro, a equipe “B” no dia 29 de janeiro, vocês poderão fazer, nós poderemos dizer concretamente tal equipe assassinou o companheiro Lauriberto Reis, tal equipe assassinado o Yuri Xavier Pereira, e será alguma coisa muito concreta.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - A Sra. lembra que dia o Yuri morreu?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – O dia eu não, eu sei que ele estava no DOI-Codi.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - A Sra. estava no DOI-Codi quando ele morreu?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Nessa data, foram os torturadores lá na cela, na porta da nossa cela, para dizer que tinham pegado o Yuri, a Ana Maria Nasinovich e o Nonato, eram todos companheiros nossos. Mais tarde, o Major Ustra foi à nossa cela e disse o seguinte “que eles tinham morrido em um tiroteio, mas que Ana Maria Nasionovich, eles queriam pegá-la viva, porque a família tinha pedido pela vida dela”, eu não sei se essas palavras do Ustra eram verdadeiras ou não, mas ele pessoalmente foi lá, ele pessoalmente nos disse.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Ele levou as fotos dos mortos? Ele te mostrou fotos?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Só deu a notícia.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – O que eu posso dizer é o seguinte, eles foram jogados lá no pátio do DOI-Codi, houve um companheiro que viu os corpos deles,

posteriormente vendo fotos do Yuri, eu vejo que ele foi barbaramente torturado, vejo as marcas que eu tive no meu corpo, eu vi, na foto do Yuri morto, então o Yuri foi preso, pode ter caído até ferido, mas ele foi preso vivo, ele foi torturado, o Yuri foi executado. A Ana Maria se alguma verdade existe nas palavras do Ustra, pode ser que ela tenha morrido realmente no momento da prisão, no momento em que houve o cerco.

Agora antes de terminar eu gostaria, estava falando sobre as três equipes do DOI-Codi. Então, quero citar aqui vários desses torturadores, eu fui torturada por todos eles. Havia dois especialmente sádicos. Um usava codinome de JC, que significa Jesus Cristo, olha gente pensem bem, um era JC o outro o codinome era Padre, muitos de nós militantes tivemos origem ou fomos batizados, muitos padres foram presos, usaram esse codinome JC, Padre, gente é de uma afronta, o Brasil é um país, e naquele tempo era muito mais, era uma porcentagem muito grande de católicos, era uma forma de pisar nos cardeais, no Dom Jaime Câmara, no Evaristo Arns. Mas tinha o JC, Dirceu Cravina, Ramiro, que é o Pedro Graciele, Mangabeira ou Gaeta, o nome é Lourival Gaeta, Dr. José que era chefe de equipe, o nome dele é Alfredo Magalhães, Capitão Átila, que era chefe de equipe também, Padre que eu citei agora pouco, de codinome Padre, parece que o nome dele é Luis Timóteo, Capitão Ubirajara, que é o Aparecido Lartes Calandra, e o Ricardo, que eu não sei o nome dele, mas era um torturador desses que você via que ele tinha prazer em te torturar. O comandante do DOI-Codi era o Major Ustra, que por sua vez o Major Ustra dava as ordens, tortura, mata, sei lá, por sua vez o Major Ustra recebia ordens do Comandante do segundo exército, que ficava ali perto do DOI-Codi da Tutóia, não é à toa, não sei se você percebeu isso, que o DOI-Codi ficava ali naquele local, que é muito próximo ao segundo exército, então foi alguma coisa muito bem pensada e muito bem escolhida. Então, o Major Ustra, por sua vez, recebia ordens do Comandante de segundo exército, que recebia ordens do Ministro da Defesa, que recebia ordens do Sr. Presidente ditador da época, o Médici ou Geisel, ou seja quem foi, mas existe toda uma linha de comando que leva aos que exerciam a chamada presidência do Brasil. Alguma coisa que eu queria colocar para você Deputado Adriano, que nós estamos nos detendo nas equipes de torturas, temos que pensar também nas equipes de inteligência, que eram de setores, pode-se dizer um setor importantíssimo, era o setor que dizia aos torturadores “olha, vocês têm que perguntar para a Darci tal e tal coisa, pensa mais nesse sentido”, eram pessoas bem informadas, eram oficiais e eram

oficiais que tinham duas ou três faculdades. Ao lado deles, também tem que ser investigadas aquelas equipes de busca. Essas equipes, eles assassinaram muitos companheiros, eram PM, eram delegados, então havia um misto de militares e civis, e nós pouco temos falado neles, eu não tenho visto, não foi feito nenhum levantamento dessas pessoas que participavam das equipes de busca, então eu acho extremamente importante. Eu não sei se você quer fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Esses textos você pode deixar conosco?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu posso te mandar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Por favor.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Eu queria deixar uma coisa clara também, eu era uma pessoa que com certeza seria morta, seria executada. Então, eu queria agradecer a toda uma rede internacional, eu anotei, mas não estou achando nada, a toda uma rede, inúmeros companheiros, mas especialmente, é até interessante, um dia o Ustra me tirou da cela e disse o seguinte “olha aqui, eu sei que vocês têm um esquema de se comunicar com as organizações, então você faz o favor de dizer, mandar recado, e dizer que as cartas pedindo pela sua vida, do Sartre, do Pablo Neruda”, estou citando esses nomes para mostrar a rede daqui a pouco, a rede que foi formada, a rede de solidariedade, o Bertrand Russell, a Simone de Beauvoir vários intelectuais, artistas, mandavam cartas para o DOI-Codi, dizendo, e era verdade em parte, que eu estava tuberculosa e ameaçada de execução, e mandavam muitas dessas cartas, tanto que estava incomodando o Ustra, então ele disse “pode avisar que eu joga tudo no lixo”. Eu quero ver se eu acho aqui e é muito importante isso, eu tinha até destacado. Bom a figura do primeiro Tribunal Bertrand Russell, que foi feito em função das atrocidades cometidas pelos franceses no Vietnã, então foi feito esse Tribunal, posteriormente de averiguadas os crimes cometidos pelos franceses no Vietnã, pelos americanos, posteriormente, aliás, em 1971, o Russel morreu, nessa época já havia preocupação, porque já estavam chegando as denúncias dos nossos mortos, das torturas que

estavam sendo cometidas no Brasil, e estava sendo formado um grupo, acho que eu perdi, visando a formar o segundo Tribunal Bertrand Russell, que visava em especial a América Latina, em especial o Brasil. Então, nós tivemos companheiros no Chile, eu posso citar o Almino... então, no Chile eu me lembro bem da Zilar Branco, cometerei injustiças da Zilar Branco, o trabalho Dômino Afranço, e quero ressaltar a figura do Lelo Baccio, que esteve no Chile e teve um grande contato com os nossos companheiros, vários que tinham sido banidos e lá ele se torna um ardente defensor, uma pessoa que muito batalhou, aliás, ele foi o presidente, após a morte do Russel, o segundo Tribunal passa a ser na Itália, em Roma, e lá o Lelo Baccio é o presidente, então eles mandavam cartas mesmo, na Alemanha nós temos Ana Montenegro, em Paris vários companheiros, entre os quais Aloysio Nunes, embora seja de outro partido foi um companheiro que muito batalhou, então são companheiros, nos Estados Unidos também, em função da ONU, teve um companheiro que trabalhou muito e eu quero de viva voz agradecer a todos eles, a todos que já se foram e aos que, a Zilar, por exemplo, eu sei que ela está viva, e agradecer também... mesmo citando, na Argentina nós tivemos o Augusto Boal, nos Estados Unidos, em função da ONU, e do Conselho Mundial das Igrejas, as igrejas ajudaram a salvar muitas vidas, tanto a católica quanto a presbiteriana, eles exerceram um papel importantíssimo, então nos Estados Unidos, a figura do Nivaldo Padilha, que muito trabalhou lá. Na Suíça nós tínhamos o Miguel Arrais e o Márcio Moreira Alves, na Inglaterra o Bertrand Russell, e na Alemanha Oriental, Ana Montenegro que eu já citei, e quero citar também a figura do nosso companheiro da ALN, o Luiz Del Roio, que tinha sido senador em Roma, e que trabalhou arduamente, viajando pelo mundo todo, fazendo as denúncias do que ocorria aqui no Brasil, então se não houver mais perguntas eu gostaria de encerrar, primeiro pedindo justiça para todos os nossos companheiros assassinados e esse pedido de justiça que fique muito claro não é um desejo de vingança, é um desejo de reconstrução da memória e verdade, em primeiro lugar deste país, depois de nossos companheiros, e nós sobreviventes também, e em especial a agradecer a esse pessoal, que eu citei aqui e quero também dizer uma palavra especial em relação principalmente às companheiras que durante trinta, quarenta anos dedicaram suas vidas a preservar e a pesquisar documentos, tanto que 80% do que nós temos hoje sobre os nossos mortos e desaparecidos, nós devemos a essas companheiras, eu mesma sobrevivente, muitos dados eu devo a essas companheiras.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT -Deixa eu te perguntar uma coisa importante, sem cortar o seu depoimento, mas preciso recuperar. A pessoa que te trouxe do Rio era o Roberto, como era o nome?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Dr. Roberto. Eu gravei dois nomes de torturadores lá da Guanabara, um Dr. Guilherme e outro Dr. Roberto, inclusive esse Dr. Roberto eu nunca tive o hábito de chamar ninguém de moço, não sei porque no meio da tortura eu falava assim “moço eu não sei”, ele aumentava o choque e dizia assim “moço não, eu sou o Dr. Roberto”, então gravei bem o Dr. Roberto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT -Conclui, então o seu raciocínio que essa pergunta ficou pendurada e eu cortei a sua fala de fechamento, faz a sua fala.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Então eu estava agradecendo as companheiras e cito aqui os nomes, da Crimeia, da Amelinha, da Iara, da Suzana Lisboa, porque o trabalho delas foi importante, não só na reconstrução da verdade sobre os nossos mortos e desaparecidos, foi importante também para a nossa história de sobreviventes, então na figura da Amelinha eu quero agradecer e outros inúmeros companheiros, que ajudaram, que dedicaram sua vida a essas pesquisas. Eu acho que até a Comissão Nacional da Verdade deveria agradecer ao trabalho desses companheiros, então é isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT -Obrigado Darci, obrigado Roberto Cunha Rase, Amelinha você gostaria de falar alguma coisa? Não. Então, eu queria agradecer a presença de todos e de todas, Darci eu fiquei muito, eu só conhecia você de nome, eu te conheci profundamente no dia em que você foi anistiada, na cinemateca brasileira, foi um depoimento impressionante, as torturas, acho que a Sra. foi uma das pessoas mais massacradas desta terra, então acho importante você ter tido coragem, veio a várias sessões, hoje você veio depor, só queria dizer para encerrar que a ditadura, além de ter matado e desaparecido com uma centena de companheiros, ela massacrou tanta gente

que queria transformar essas pessoas em mortos-vivos, e ela até certo ponto conseguiu atingir esses objetivos.

Então acho que é importante esse momento do seu renascimento, do seu reencontro, não sei, lógico que são vários processos, mas aquele dia da anistia, que você foi anistiada, foi um dia importante, hoje você também, então nós queremos te dizer, eu também estou querendo dizer que você é uma pessoa muito importante, então em que pese as dificuldades que a gente tem, que esse assunto ficou dormente, apesar da resistência de alguns companheiros, como esse que você citou, essas que você citou, a Amelinha, a Crimeia, a Suzana e outros companheiros, esse assunto ficou dormente e de repente virou uma pauta nova do povo brasileiro e tem setores da juventude, outros setores, que nem viveram esse período, mas estão reivindicando esse período, reivindicando essa memória, então estou falando isso para você, lógico que a direita também se reorganiza...

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – E muito Deputado Adriano.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT -Está se organizando, está tentando impor a sua pauta, mas eu queria dizer que todos nós nos consideramos uma pessoa importantíssima, uma pessoa da luta, da resistência, achamos bom que a Sra. está recuperando todo esse passado, o seu passado, dos seus companheiros e que o povo brasileiro precisa de você, então tudo que você se dispuser a depor, a explicar, porque é muito difícil a gente falar da gente mesmo, desse período difícil, porque quase que há uma imposição de silêncio, você não depõe, você não testemunha, você não lembra dos nomes, você não lembra das pessoas, então eu queria te dizer que esse renascimento, assim como esse dia que a Sra. fala com tanta ênfase, esse dia 28 de janeiro de 1972, é um dia tão importante, é um marco na sua vida, que esse agosto, esse 22 de agosto de 2013 também seja um data importante para que você recupere sua história, sua biografia, seu protagonismo, sua capacidade de luta e dizer que eles podem ter vencido uma das batalhas militarmente mas eles não vencerão, eles não vencerão, e continue firme com seu caráter, com a sua capacidade de luta, que a Sra. tem muito a contribuir para o povo brasileiro. Muito obrigado.

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Obrigada. Deputado Adriano eu peço a palavra novamente, porque eu estava vendo algumas anotações, eu falei sobre as equipes de busca, eu tenho aqui alguns nomes que eu gostaria de citar, mas são nomes de guerra, mas eu citarei, o americano parece que o nome dele é Paulo Bordini, Pepe, Simas, Marcão, Bezerra, então são nomes que eu acho que nós deveríamos correr atrás e investigá-los. É o que eu disse há pouco, nós estamos nos preocupando mais com os torturadores, agora essas equipes de busca, mesmo pessoa rendida, rendida que eu digo, levou um tiro, ao cair, perdeu a arma, eles executavam, isso é assassinato, inclusive eu mesma, quantas vezes não fui levada aqui em São Paulo para o meio do mato e eles me mandavam correr, eu não corria, o ser humano é uma coisa tão contraditório, eu queria morrer, o meu desejo de morte era muito grande, e quantas vezes eu me questiono, eu digo assim “poxa, quando eles me mandaram correr, por que eu não corri? Se eu não corri, eu não corri porque eu não queria viver, porque eu queria viver”, então eles criam tantas coisas na cabeça da gente, que mesmo hoje, depois de quarenta anos, eu me questiono, eu queria morrer, só que eu fiquei do dia 25 de janeiro, data em que fui presa, até o dia 13 de março de 1972, eu não tinha sido sequer identificada, não tinham tirado fotos, então em uma das vezes que eu achei esse documento, eu estava mostrando para a Crimeia, eu falei “olha Crimeia, estou com o olho roxo”, isso em março, a Crimeia falou assim “você está com o olho roxo...”

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT -Na cela?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não, recentemente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT -A Sra. chegou a ver a Amelinha?

A SRA. DARCI TOSHIRO MIYAKI – Não. Veja. Quando eu digo, ficamos no hipódromo juntas. A Crimeia nunca fiquei com ela, mas esse fato que eu estou narrando é um fato recente, quer dizer, eu queria morrer, mas eu ficava assim “puxa vida, não me tiraram a foto, não me identificaram, então vão me executar mesmo”, então vocês percebem a contradição que existe dentro do ser humano? E essas contradições, esses pensamentos

você traz, não ficaram lá atrás, por isso que eu digo que o efeito da ditadura não paralisou em 1988, porque para mim a ditadura foi até 1988, somente com a promulgação da Constituição é que eu considero que nós nos tornamos um Estado Democrático. Então, os efeitos, os malefícios da ditadura, nós combatentes trazemos até hoje, eu já operei duas, ainda tenho nove hérnias de disco, minha memória é uma droga, e a sociedade brasileira? Quando eu falei sobre o “Macside”, e a preocupação que nós temos com o ensino deste país, com o nível de ensino, isso é fruto da ditadura, é outro malefício que a ditadura nos deixou, quando eu falo, olha um dado interessante, vocês sabiam que o Código Tributário, esse Código que é uma droga, falando o português claro, alguns meses eu vi um professor, não sei se do Largo São Francisco, um professor da USP, que fez um seminário, ele disse o seguinte “95% do Código Tributário, que hoje está em vigor, é um Código Tributário que veio da ditadura”, eu não tinha conhecimento disso, e assim todos os setores, até hoje, até daqui dez anos nós vamos sofrer, estou repetindo, eu sei que já falei, mas é uma preocupação que temos que ter. Então, agora eu encerro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Obrigado Darci, muito obrigado.

* * *